



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ANA PAULA ALVES RODRIGUES

**A PERSPECTIVA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR PROPOSTA POR LUCKESI E HOFFMANN: uma análise comparativa de
aplicabilidade no 5º ano do Ensino Fundamental.**

JOÃO PESSOA – PB

2014

R696p Rodrigues, Ana Paula Alves.

A perspectiva do processo de avaliação da aprendizagem escolar proposta por Luckesi e Hoffmann: uma análise comparativa de aplicabilidade no 5º ano do ensino fundamental / Ana Paula Alves Rodrigues. – João Pessoa: UFPB, 2014.
42f.

Orientador: Lenise Oliveira Lopes Sampaio
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Avaliação. 2. Ensino-aprendizagem. 3. Cidadania. I. Título.

UFPB/CE/BS
(043.2)

CDU: 37.091.26

ANA PAULA ALVES RODRIGUES

**A PERSPECTIVA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR PROPOSTA POR LUCKESI E HOFFMANN: uma análise comparativa de
aplicabilidade no 5º ano do Ensino Fundamental.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, na Área de Aprofundamento Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Professora Lenise Oliveira Lopes Sampaio.

JOÃO PESSOA-PB

2014

ANA PAULA ALVES RODRIGUES

**A PERSPECTIVA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR PROPOSTA POR LUCKESI E HOFFMANN: uma análise comparativa de
aplicabilidade no 5º ano do Ensino Fundamental.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, na Área de Aprofundamento Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Professora Lenise Oliveira Lopes Sampaio.

João Pessoa, _____ de Março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Lenise Oliveira Lopes Sampaio - UFPB
Orientadora

Prof.^a Isolda Ayres Viana Ramos– UFPB
Examinadora I

Prof.^a Ms. Laura Maria de Farias Brito- UFPB
Examinador II

Com admiração, dedico este trabalho aos professores que me fizeram acreditar que é possível lutar por uma educação transformadora e de qualidade, respeitando e valorizando a sabedoria do próximo. E para aqueles que na busca deste caminho da educação, ofereça o seu melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente por me conceder o dom da vida e a esperança de a cada dia termos a chance de fazer diferente.

Agradeço a minha mãe, que mesmo diante de seu pouco estudo sempre me incentivou a buscar o melhor caminho.

À minha família que me apoiou durante o meu percurso acadêmico.

Aos meus amigos que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram quando achava que tudo estava perdido.

À Escola Zé Peão que me oportunizou a uma experiência única na prática educativa com jovens e adultos que acreditam na educação.

À todos os professores que se fizeram presentes no meu percurso acadêmico e que intermediou minha aprendizagem.

À Professora e orientadora Lenise Sampaio quem sempre me deu estímulo a continuar persistindo diante das limitações. Que me ofereceu ensinamentos e orientação para minha formação.

À todos que de alguma forma contribuíram com minha aprendizagem.

Muito obrigada!

RESUMO

A avaliação é uma ação indispensável do processo educativo. Colaboradora para o diagnóstico dos educandos e da prática avaliativa do professor, o ato de avaliar encontra-se na prática atual sobre algumas limitações que impede sua desenvoltura a fim da transformação do sujeito do 5º ano do Ensino Fundamental escolar para sua plena cidadania. A problemática desta pesquisa é de identificar nas propostas dos autores Luckesi (2011) e Hoffmann (1995) perspectivaS de processos avaliativos mais condizentes com a realidade observada pela pesquisadora *in lócus* em turmas do 5º ano escolar. O objetivo deste estudo foi analisar teoricamente as propostas dos autores Luckesi (2011) e Hoffmann (1995), traçar um paralelo de suas definições sobre avaliação e encontrar possibilidades de aplicabilidade das propostas de avaliação para as turmas do 5º ano. A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo-teórico e bibliográfico, fazendo correlação com a experiência observada pela pesquisadora em campo. A análise dos dados apresentou como é possível realizar a prática de avaliar numa perspectiva mediadora e diagnóstica como defende os autores estudados. Percebe-se que existem soluções para mudanças no ato de avaliar que proporciona a construção da cidadania do aluno de 5º ano.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino-aprendizagem. Cidadania.

ABSTRACT

Evaluation is an essential action of the educational process. Collaborator to the students diagnosis and teacher evaluation practice, the act of evaluating is found on the current practice of some limitations that prevents your resourcefulness to the transformation of the subject of the fifth school year for full citizenship. The problematic of this research is to identify in the authors proposals Luckesi (2011) and Hoffmann (1995) more consistent evaluation perspectives processes with the reality observed by the researcher in the fifth school year classes. The aim of this study was to theoretically analyze the proposals of the authors Luckesi (2011) and Hoffmann (1995), to trace a parallel to their definitions and find evaluation applicability possibilities of the proposed evaluation for the fifth school year classes. The research methodology is theoretical/qualitative and bibliographical, making correlation with the experience observed by the researcher in the field. Data analysis showed how it is possible make the evaluating practice within a mediator and diagnostic perspective defended by the studied authors. Is perceived that there are solutions to evaluating act changes that provides the citizenship construction of fifth year's student.

Keywords: Avaliation. Teaching-learnin. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

UFPB – Universidade federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ideias que fortalecem a modalidade da avaliação mediadora e diagnóstica	31
Quadro 2: Desafios que impedem um processo avaliativo abrangente que favorece o desenvolvimento do aluno.	32
Quadro 3: As possibilidades para aplicação de uma avaliação no 5º ano	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 O PERCURSO METODOLÓGICO	17
3 O ALICERCE AVALIATIVO OFERECIDO ATRAVÉS DAS IDÉIAS DE LUCKESI E HOFFMANN.....	19
4 UMA PROPOSTA DE MUDANÇA: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE LUCKESI E HOFFMANN	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

Alguns elementos são fundamentais na composição do universo de uma aula, pode-se citar: formação do professor, metodologias aplicadas, currículo ou conteúdo e processo avaliativo. Este último despertou um profundo interesse na pesquisadora em descobrir o caráter, os mecanismos e essencialmente o embasamento teórico que oferecem suporte e norteiam o processo de avaliação dos professores de 5º anos do Ensino Fundamental. Por isso, teve-se como motivação inicial para a escolha do tema os estudos feito na disciplina *Avaliação da Aprendizagem* e junto a isso se pode fazer a relação direta do que se estava estudando com a realidade que era constatada na escola, na qual a pesquisadora fazia estágio. O estágio de dois anos foi proporcionado pelo *Projeto Apoio Pedagógico*. Esta oportunidade muito enriqueceu o olhar para uma observação científica, pois a pesquisadora acompanhava turmas de 5º ano em uma escola pública na cidade de João Pessoa. Essa foi uma oportunidade de perceber o quanto é relevante um maior preparo dos professores para acompanhar um aluno em processo de aprendizagem e poder avaliá-lo. *A priori* percebeu-se que a avaliação era tratada com certo descaso. O que se transformou num primeiro questionamento feito pela pesquisadora: como algo desta dimensão, estava sendo realizado de maneira tão descuidada? Esta foi a pergunta que fez com que a pesquisadora buscasse estudar sobre processos avaliativos mais apropriados a nossa realidade brasileira, nordestina e pessoense.

Relendo o pensamento de Luckesi (2011) vê-se que a avaliação um processo que tem como objetivo fazer com que o aluno reconheça-se e se autoavale no percurso do ensino-aprendizagem, pois ele deve ser o mais beneficiado e inteirado do seu progresso, ou melhor, dos seus avanços no âmbito da aprendizagem escolar. Além disso, quando o professor é responsável pela elaboração dos instrumentos de avaliação estas devem estar de acordo com a necessidade dos educandos. Assim como a escola também precisa estar ciente de seu papel, fazer-se cumprir o currículo, ou melhor, fazer cumprir o seu Plano Pedagógico, a fim de promover o desenvolvimento do aluno, pois a mesma como instituição tem como função formar seres pensantes e críticos para atuarem ativamente na sociedade. Compreende-se como aprendizagem “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas” (OLIVEIRA *apud* OGASAWARA, 2009). Sendo assim o processo de ensino-aprendizagem,

é a utilização dos conjuntos de meios necessários para o desenvolvimento do educando para a aquisição do conhecimento.

Ao inverso do dito anteriormente, a avaliação nas escolas tem sido utilizada como instrumentos de intimidação e contenção dos alunos, sobretudo daqueles indisciplinados. Desse modo, eles se sentem amedrontados em face de qualquer atividade onde se deve aferir uma “nota”. É vista como uma ameaça classificatória do aluno. De acordo com Luckesi (1999), a avaliação que se pratica na escola é a avaliação da culpa. Na maioria das vezes são realizadas de maneira descontextualizada com o nível de cada aluno. Os professores elaboram suas atividades avaliativas, de modo padrão, não considerando que cada indivíduo tem um tempo para fazer assimilação das informações que lhe são apresentadas e que deveriam partir de experiências vividas para que se tornassem mais significativas. Além do mais, existem algumas limitações no processo avaliativo, conforme os autores como Luckesi (1999), Hoffmann (1995) e Perrennoud (1999): a ausência de *feedback* ao aluno, por exemplo, é algo que se torna essencial para o fechamento de uma avaliação. Além disso, vê-se muitas ações carregadas de excesso de autoritarismo na relação com o aluno. Exatamente com aquele que não acertou o que foi solicitado, com aquele sujeito que “errou”. O erro não é visto como uma etapa na construção do acerto, mas como uma falta, uma deficiência do aluno. É a visão de erro como fonte de castigo, entre outras que acontecem de maneira despercebida pelos profissionais e que nada contribuem para os alunos.

Vejamos, de que adianta o professor corrigir uma “prova” atribuir uma nota abaixo do que é considerado padrão bom e não dá o *feedback* ao aluno? O professor deve orientar e auxiliar este aluno naquilo em que ele apresenta dificuldade, apontar onde “errou”, ou seja, até onde este aluno pode alcançar, porque o erro precisa ser visto como uma etapa para atingir o certo. Nessa primeira etapa não cabe a humilhação, mas sim o estímulo para que de algum modo o aluno refaça seus passos, reflita que etapa passou despercebida e identifique o que lhe faltou assimilar a informação que era necessária. Segundo Luckesi (1999, p. 43): “Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

Na busca de conhecimento e respostas para esse tema, a pesquisadora identificou vantagens e benefícios tanto para o seu crescimento próprio como abre a possibilidade de trazer uma contribuição ao conjunto de colegas que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa proporcionou ampliar o nível de conhecimento com vista à preparação da vida

profissional. O propósito não foi produzir uma pesquisa e deixá-la na estante para uma simples consulta, mas sim poder fazer com que as informações e contribuições que se possa oferecer, circulem pelas escolas através de debates e discussões, pois é lá que este processo avaliativo está acontecendo. É na escola que os professores exercem suas funções, e são esses professores que, por exaustão do trabalho ou desinteresse, não buscam novas informações, novas metodologias etc. E acabam por permanecerem na condição em que se encontram, muitas vezes rigorosamente tradicionais.

A tendência liberal tradicional ainda apresenta grande influência nas práticas pedagógicas atuais, a mesma toma o professor como figura central, conhecedor de verdades absolutas, cabendo ao aluno apenas receber essas informações sem poder interferir. Segundo Libâneo (1985), o compromisso de que a escola tem, é com a cultura, os problemas sociais pertencentes à sociedade. O caminho da direção do saber é o mesmo para todos, eles quem deve se esforçar para acompanhar. Sempre predomina a autoridade do professor que não admite qualquer comunicação entre ele e o aluno no momento da aula. E é isso que ainda muitas vezes é visto nas práticas escolares, professores que só fazem expor conteúdos sem interagir com sua turma a fim de proporcionar uma aprendizagem compartilhada. É nesse âmbito pedagógico, que este estudo também se reveste de importância, porque poderá possibilitar ao professor, conhecer novas ferramentas avaliativas, refletir sobre como irem utilizando a avaliação na sua práxis pedagógica, mas, sobretudo perceber que a avaliação pode ser favorável no processo ensino-aprendizagem, desmistificando definitivamente a ideia de que a avaliação está a serviço do “mal”, do “terror” e do “medo”. O próprio Luckesi (1995) aponta que:

Se nossa conduta fosse a de castigar, não teríamos a oportunidade de reorientar, e o aluno não teria a chance de crescer. Ao contrário, teria um prejuízo no seu crescimento, e nós perderíamos a oportunidade de sermos educadores (LUCKESI, 1995, p. 57).

A partir dessas leituras e observações *in lócus* construiu-se como pergunta de pesquisa: **qual a perspectiva de processo avaliativo escolar mais condizente com a realidade observada pela pesquisadora no 5º ano do Ensino Fundamental I, a partir de leituras feitas de autores como Luckesi e Hoffmann?** Tomou-se como hipótese que é possível realizar uma avaliação dos alunos do 5º ano onde haja a predominância de um juízo diagnóstico e não punitivo.

Contudo a problemática observada envolve outras reflexões e questionamentos, tais como: os instrumentos avaliativos aplicados pelos professores estão de acordo com a metodologia que os professores adotam para o ensino? Quais as perspectivas apontadas nas propostas dos dois autores Luckesi e Hoffmann que abrangem o processo de aprendizagem? As visões apresentadas pelos autores Luckesi e Hoffmann apresentam de alguma maneira uma dimensão emancipatória do aluno a partir da avaliação a ele submetida?

Essas reflexões levaram a busca de leituras de livros de Luckesi (1999 e 2011) e Hoffmann (1995), onde pretendeu-se alcançar algumas respostas que ultrapassassem as ações que parecem retrógradas, fora do contexto e que condissessem com o debate pedagógico atual, os quais buscam, também a adequação da avaliação considerando a diversidade cultural. Ainda através das respostas destas inquietações pretendeu-se alcançar o ponto principal desta pesquisa. O 5º ano do Ensino Fundamental é um dos momentos decisivos em termos de adaptação do estudante e preparação para um currículo mais amplo que corresponde ao Ensino Fundamental II. Constatado pela pesquisadora, esta fase apresenta grandes índices de não compreensão dos assuntos estudados, exatamente porque os professores criam junto com os alunos, as grandes lacunas do conhecimento e nesse momento, elas afloram sem oferecer condições para que esses alunos ultrapassem os limites apresentados.

A problemática mencionada acima está relacionada ao campo de conhecimento como metodologia, currículo, formação de professor, enfim todos os componentes do processo ensino-aprendizagem, pois a avaliação se dá no decorrer deste processo e no fim do mesmo, servindo como referência de diagnóstico de todas as etapas.

Perante essa temática, mesmo sendo bastante discutida por outros pesquisadores, identificam-se dificuldades enfrentadas pela mesma nos ambientes escolares, ocasionando vários fatores negativos à educação. A maneira como é concebida a avaliação nas escolas nos 5º anos do Ensino Fundamental parece que não apóia a democratização do ensino e não desperta o prazer dos educandos em aprender. Esses fatores negativos fazem com que os alunos se sentem desestimulados com alguma nota baixa que acontece repetitivamente e eles desistem dos estudos.

Definiu-se como **objetivo geral dessa pesquisa analisar teoricamente os princípios que norteiam as propostas avaliativas dos autores – Luckesi e Hoffmann. Como objetivos específicos definiu-se que: (01) mapear os principais conceitos e definições dos dois autores traçando um paralelo entre diferenças e**

similitudes; (02) identificar num plano teórico quais as possibilidades apresentadas pelos autores para aplicação de uma avaliação no 5º ano que mais fortaleça o aprendizado do aluno e amplie as suas capacidades de intervenção sociais e culturais.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na seção I procurou-se expor a estrutura básica da pesquisa como os elementos que nortearam essa monografia no sentido de situar o problema central da pesquisa e contextualizar sobre o tema avaliação da aprendizagem escolar na visão dos autores Luckesi (2011) e Hoffmann (1995). Esses autores apresentaram uma visão de como acontece as limitações e desafios no ato de avaliar na prática de ensino-aprendizagem. Foi apresentada ao leitor a pergunta de pesquisa que norteou a pesquisadora, a hipótese possível para resposta dessa pergunta, assim como foram apresentados os objetivos geral e específicos. Na seção II, será apresentada a metodologia com a qual o trabalho foi baseado. A pesquisa é de cunho qualitativo-teórico e bibliográfico que será fundamentada segundo os conceitos de Flick (2009) e Ruiz (2006). Esta seção discorrerá sobre os passos percorridos pela pesquisadora para melhor entendimento e acompanhamento do leitor **do que foi construído e do como foi construído**. A seção III será construída sobre embasamento dos teóricos Luckesi (2011) e Hoffmann (1995), onde será feito um levantamento das relevantes ideias desses autores sobre a avaliação da aprendizagem, mostrando os desafios e limitações enfrentados na prática de avaliar nas escolas. Com a intenção de proporcionar uma visão mais completa desta pesquisa, a pesquisadora fará uma conexão com suas experiências constatadas *in lócus*; nas turmas de 5º ano do Ensino Fundamental. Outros estudiosos, também, foram escolhidos para compor o espaço explicativo teórico dessa pesquisa sobre aprendizagem e avaliação. Além disso, será apresentada a lei que assegura a prática de avaliação na educação brasileira. Na seção IV serão apresentados os quadros de exposição dos conceitos, limitações e propostas de avaliação defendida pelos autores Luckesi (2011) e Hoffmann (1995), e consequentemente a análise na visão da pesquisadora com base nos estudos realizados sobre esses os dois autores. Na última seção, a pesquisadora fará uma síntese das principais ideias da pesquisa e estabelecerá a correlação com a experiência vivida no Programa de Estágio Apoio Pedagógico.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa teve o cunho metodológico qualitativo-teórico e bibliográfico. Procurou-se construir um caminho onde a pesquisadora aprendesse e ao mesmo tempo realizasse as correlações com a realidade que acabava de vivenciar no estágio. Mas, o mais importante é que fosse uma pesquisa exequível dentro das reais possibilidades que possuía em termos de tempo e acesso a materiais de estudo. Cabe esclarecer que, durante o período em que cursou na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, foi contemplada com alguns estágios em escolas públicas da cidade de João Pessoa – PB, especificamente em turmas do 5º ano do Ensino Fundamental. Deste modo, proporcionou o contato de como acontece o trabalho educativo realizado nestas turmas, desde o planejamento, a metodologia, a elaboração dos instrumentos avaliativos, concedendo-lhe, analisar o tema que já era de seu interesse.

É necessário esclarecer onde a pesquisadora se apoiou para construir o caminho metodológico qualitativo e bibliográfico, visto que ao deslumbrar os grupos de alunos do 5º ano e tentar fazer as correlações com as formas de avaliá-los, foi fundamental ter a compreensão da amplitude dos elementos sociais que hoje estão em voga. Segundo Flick (2009) a pesquisa qualitativa:

É de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. As expressões-chave para essa pluralização são a “nova obscuridade” (Habermas, 1996), acrescente individualização das formas de vida e dos padrões biográficos “(Beck, 1992) e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões.” (FLICK, 2009, p.20).

É fundamental perceber quem são esses alunos que compõem as turmas do 5º ano. Do que gostam? O que fazem? Quais os seus estilos de vida? O processo avaliativo precisa considerar esses elementos que são partes desse mosaico humano, a fim de ter uma noção de para quem eu preparo a minha aula e com que objetivos eu construirei junto com esses alunos, um conteúdo. Por outro lado, a pesquisadora sentiu necessidade de estabelecer as bases do que seria a pesquisa bibliográfica, a qual segundo Ruiz (1996) consiste no exame de um manancial de livros escritos sobre um determinado assunto para levantamento e análise do que foi produzido sobre um tema de pesquisa científica.

Para tanto, considera-se como primeiro passo dessa pesquisa, o momento da escolha dos autores que deveriam ser estudados. Esta escolha partiu do entrosamento entre a pesquisadora e a primeira leitura feita na disciplina *Avaliação da Aprendizagem*. Daí a confirmação da relevância e se estudar com maior afinco com a intenção de conhecer para disseminar essas ideias. Como segundo passo, realizou-se a leitura de livros que foram considerados imprescindíveis da autoria de pesquisadores renomados no campo da avaliação da aprendizagem, tais como: *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*, Hoffmann (1995) e *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*, Luckesi (1999; 2011). Após a leitura foram escritas as sínteses do que se considerou mais relevante para o delineamento dos conceitos e definições defendidas por ambos. Como terceiro passo passou-se identificar as possíveis respostas para os problemas enfrentados na escola e especialmente a busca da resposta que aponte a solução para o problema dessa pesquisa.

Com o propósito de argumentar a pesquisa utilizou-se as contribuições de outros autores que trabalham com o tema avaliação, entre eles: Saul (1994), Tyler (1974) e Perrenoud (1999). Buscou-se também, outros estudiosos como aportes para obter-se informações através de pesquisas na internet, como os estudos de Bloom (1972) e Ausubel (1978), de modo que fortaleceu as concepções dos autores Luckesi (2011) e Hoffmann (1995).

Para compreender melhor sobre o tema avaliação da aprendizagem escolar se fez necessário consultar a lei que rege essa prática na educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9394/96), foi incorporada nesse estudo para se ter uma visão do que ela assegura ao professor em termos de sua prática de ensino, mas precisamente o artigo que refere a como deve ocorrer a avaliação no sistema escolar.

A consulta de textos que foram estudados pela pesquisadora durante seu período de estudo na disciplina *Avaliação da Aprendizagem*, também fomentaram na busca de novas repostas para a problemática na qual essa pesquisa aconteceu.

3 O ALICERCE AVALIATIVO OFERECIDO ATRAVÉS DAS IDÉIAS DE LUCKESI E HOFFMANN

Luckesi (2011) concebe a avaliação como “um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão” (p. 104) e Hoffmann (1995) a avaliação como uma “reflexão transformada em ação” (p. 18). Pode-se considerar que essas são definições norteadoras do pensamento dos dois autores. Foi com base em afirmações como essas que a pesquisadora deu início às correlações entre as teorias e a realidade empírica observada nas vivências na escola.

Diante das experiências pôde-se constatar que o processo avaliativo ocorre separadamente do ato de educar. Esse é um equívoco que acontece cotidianamente nas escolas pelos professores. Concebem estas duas ações: educar e avaliar, como práticas distintas, separáveis, cada qual no seu momento. Hoffmann (1995) esclarece que;

A dicotomia educação e avaliação é uma grande falácia. É necessária a tomada de consciência e a reflexão a respeito desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa (HOFFMANN, 1995, p. 16).

As escolas trabalham de acordo com o Projeto Político Pedagógico, que é uma ferramenta de planejamento e avaliação que os professores e todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Este trabalho é uma elaboração de autonomia da escola para construção de seus projetos educativos de acordo com a necessidade escolar, assegurado pela LDB - 9394/96. Diante da desenvoltura do trabalho escolar, estas organizam o momento de avaliação no final de cada bimestre escolar. Os professores durante o bimestre ensinam os conteúdos aos seus alunos e no final do mesmo elaboram provas para verificar se o aluno processou as informações ou não, assim como outros meios de avaliação dos quais utilizam, sejam eles: trabalhos pesquisados ou em grupos, seminários e outros. É neste curto momento durante todo o ano letivo que o professor se detém a avaliar seus alunos. A avaliação deve ocorrer durante todo o momento da ação educativa, na medida em que o professor ministra seu conteúdo em pauta, a ser trabalhado em sala de aula, expondo os conceitos, características, história e utilidade social e é neste momento das discussões que os alunos se envolvem e surgem as dúvidas, as hipóteses e a compreensão. Por meio dessas ou outras manifestações dos alunos, o professor deve ficar atento e avaliá-los. Esses são comportamentos que merecem atenção e registro por parte do

professor. O mesmo deve fazer anotações sobre a aula, sobre as dificuldades ou facilidades que o aluno demonstrou ter na aula. Pois esses registros ajudarão quando o professor for elaborar as provas, que são de critério obrigatório exigido pela escola e pelo sistema educacional, a fim de estabelecer julgamento sobre o nível de aprendizagem dos alunos. Segundo Hoffmann (1995, p. 17), “um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo, do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais”.

De acordo com Hoffmann (1995), sendo a avaliação a reflexão transformada em ação, o professor poderá refletir que tópicos do assunto em questão trabalhado em sala de aula foram melhor compreendidos por seu aluno, se ele conseguiu assimilar algumas informações, e outras reflexões de acordo com o conhecimento que tem de sua classe. Assim poderá elaborar questões que contemplem todos os alunos, pois cada um tem seu nível de aprendizagem, às vezes um compreendeu mais que outro aluno da turma. A teoria da aprendizagem descrita pelo psicólogo e teórico Jean Piaget já dizia que, aprender se constitui num processo individual, no qual o significado da aprendizagem se desenvolve com base nas experiências e cabe ao professor intermediar esta aprendizagem, criar situações compatíveis para com o nível cognitivo de cada aluno (INFO ESCOLA). Então, é importante as informações fundamentais e indispensáveis sobre sua sala e refletir sobre as necessidades da mesma.

Mas, diante das diversas regras que o sistema impõe, o que importa é que, a fim de amenizar este processo tão errôneo, que é o de avaliar separado do ato de educar, o professor possa fazer o seu melhor, fazendo o possível para atender a necessidade de todos, de modo que contribua para a reconstrução de uma prática avaliativa que atenda o seu significado “básico que é o de investigação e dinamização do processo de conhecimento” (HOFFMANN, 1995, p.19).

Observa-se que a avaliação da aprendizagem vem sendo um tema de muitas pesquisas acadêmicas com diferentes enfoques em seu trabalho. Sabe-se que é um componente do universo escolar e que não é menos ou mais relevante que qualquer outro. Mas, é o que mais despertou curiosidade na pesquisadora em conhecer seu desenvolvimento, assim como sua elaboração diante das diversas aplicações. A avaliação tem sido tomada por diversas interpretações e finalidades que muitas vezes a escola e o professor estão esquecendo sua finalidade primordial - que é a de auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória do

educando, pois só a partir dela é que pode ser acompanhado o desenvolvimento do aluno, a fim de subsidiar melhoria da aprendizagem se necessário.

A avaliação é elemento integrante do processo ensino-aprendizagem e ganhou atualmente espaço amplo nos processos de ensino. São diversos os conceitos que se pode encontrar sobre avaliação. Assim como se tem os conceitos, a avaliação tem sua classificação conforme suas funções. Segundo Bloom (*apud* SANT'ANNA, 1995), são elas: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Este tipo de avaliação deve ser realizada no início do ano letivo ou de cada bimestre. A avaliação formativa é feita com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Visa determinar os resultados de um bimestre, para que, se necessário, o professor possa adequar ou reprogramar o processo de ensino. A avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. Realizada com o intuito de constatar em que grau encontram-se os alunos, para ver se foram alcançados os objetivos propostos.

Pouco ou quase nunca as avaliações são realizadas quanto a essas funções. O que se verifica é que os professores sempre realizam o mesmo instrumento de avaliação, do começo ao fim do ano letivo, julgam que os alunos que se iniciam na turma todos devem ter o conhecimento em um mesmo nível. Dispensando assim a avaliação diagnóstica que daria este panorama em que grau de conhecimentos seus alunos se encontram. E muito menos a avaliação formativa, que ofereceria uma visão de sua prática de ensino a fim de oferecer informações que se necessário adequaria o seu plano no sentido de criar condições para melhoria do ensino-aprendizagem. Realizando bimestralmente, apenas a avaliação somativa no sentido só de verificar se os alunos atenderam a necessidade de conhecimento para conclusão do ano letivo, só com a finalidade de classificá-los ou aprová-los.

A prática de avaliar em educação desenvolveu-se a partir das contribuições de Ralph Tyler (1974), considerado o pai da avaliação. Que define que o processo de avaliação tem como “finalidade verificar até que ponto as experiências de aprendizagem, tais como foram desenvolvidas e organizadas, estão realmente produzindo os resultados desejados” (TYLER, 1974, p. 98). Sua concepção visava à qualidade técnica do processo avaliativo que seria coletada a partir dos instrumentos de avaliação. Os resultados expressos em número dariam

suporte para o julgamento de valor. O julgamento dos resultados compreenderia a coerência com os objetivos que devem estar explícitos no currículo escolar. A avaliação segundo Tyler (1974), exerce grande influência na aprendizagem:

[...] a não ser que o procedimento de avaliação esteja em estreito paralelo com os objetivos educacionais do currículo, ele pode tornar-se o foco da atenção dos estudantes e mesmo da atenção dos professores, em lugar dos objetivos curriculares estabelecidos. Por isso, avaliação e currículo devem estar intimamente integrados, a fim de que o efeito não seja passar-se para trás o planejamento do currículo para dar maior atenção aos diversos objetivos sobre os quais se concentra a avaliação (TYLER, 1974, p. 115.).

Mesmo depois de muitos estudos sobre práticas de avaliação, que propõem minimizar a aferição da nota, como é o caso das contribuições de Luckesi (2011) e Hoffmann (1995), até hoje, propostas como estas passam despercebidas no campo das práticas de ensino. Entretanto, o mesmo não se pode dizer da concepção de Tyler (1974), pois esta ainda ocupa lugar de destaque. A incorporação da concepção de Tyler (1974) implica em que as notas devem estar de acordo como objetivos do currículo.

Acontece que o uso atual da concepção de Tyler (1974) parece ser incorporado de forma simplificada, dando uma visão na prática de que não se está fazendo a ligação entre a nota e os objetivos do currículo. E, esse é o foco principal defendido por Tyler (1974) - necessidade de atendimento aos objetivos do currículo escolar por meio da avaliação. A pesquisadora entende por despercebida pelo fato de muitos professores em uso de sua oralidade defender que praticam uma avaliação diagnóstica, emancipadora¹, a serviço do crescimento do aluno. Mas que, sua prática em sala de aula, o que acontece é a utilização de instrumentos avaliativos, simplesmente por mérito de nota.

Além disso, a avaliação, quando não tomada numa perspectiva emancipatória, ela é praticada pelos professores nas escolas, como um elemento de atribuição de notas, de classificação, de valor quantitativo. Todo o processo de ensino de uma escola é direcionado para a realização de testes no fim de cada unidade de conteúdos, os professores já seguem

¹Entende-se por avaliação emancipatória aquela avaliação que se caracteriza como: [...] um processo de descrição, análise e crítica de uma realidade, visando transformá-la. [...] ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1994, p. 61).

essa filosofia de repassar os conteúdos para futuramente elaborar provas ou solicitar trabalhos a fim de quantificar o que foi desempenhado pelo aluno.

Na experiência de estágio vivida pela pesquisadora era visível o tratamento que se atribuía ao processo de ensino-aprendizagem e avaliação. Era quase extinta a execução de aulas com o intuito de intermediar a aprendizagem do aluno, e sim, mais para cumprir com o programa escolar, avançando os assuntos e organizando a semana de avaliações e posteriormente de recuperações. Os professores em geral, não se preocupam em saber se o aluno realmente aprendeu o que lhe foi ensinado, de maneira que o faça perceber a importância do assunto trabalhado para uma vida além da escolar; a vida social que perpassa os muros da escola. Sendo assim, esse descomprometimento com seu papel de educador, traz reflexos também para o aluno que dificilmente verá a relevância dos assuntos que foram trabalhados em sala. O aluno fica reduzido apenas ao domínio de um indicador de aprendizagem, seja teste, seminário ou trabalho.

A avaliação da aprendizagem deveria servir de suporte para a qualificação daquilo que acontece com o educando, diante dos objetivos que se têm, de tal modo que se pudesse verificar como agir para ajudá-lo a alcançar o que procura. A avaliação não deveria ser fonte de decisão sobre o castigo, mas de decisão sobre os caminhos do crescimento sadio e feliz (LUCKESI, 1995, p. 58.).

Proporcionar por meio da avaliação a confirmação da aprendizagem para o aluno é gratificante, pois este se sentirá recompensado. Crescer a partir dos erros é construtivo para a aprendizagem do aluno, pois terá experiências que lhe oferecerão avanços para o futuro. A avaliação deve oferecer ao aluno a compreensão das suas limitações do presente para posteriormente tomá-las como aprendizado. Que fique claro que a pesquisadora não defende a prática do erro, mas sim que, “ocorrendo o insucesso ou o erro, aprendamos a retirar deles os melhores e os mais significativos benefícios, mas não façamos deles uma trilha necessária de nossas vidas” (LUCKESI, 2011, p. 200).

Mas, o que os professores praticam é que, segundo Luckesi (1995) a avaliação escolar vem sendo utilizada como elemento para amedrontar os alunos, já que alguns desses se mostram muitas vezes desinteressados com o que o professor está ensinando em sala de aula. E a consequência que os alunos podem receber era a reprovação. Os professores se utilizavam de frases a todo tempo para intimidar o aluno. O mesmo pode desenvolver alguns sintomas físicos e/ou psicológicos pré ou pós realizar a tal temida avaliação. E se o aluno não obtiver uma nota dentro dos padrões é taxado como “burro” ou incapaz de responder simples

perguntas e muitas vezes ridicularizado pelo professor no meio de toda turma. São situações como estas que a pesquisadora identifica erros graves cometidos pelo professor. Muitas vezes, para assustar seus alunos, elaboram provas sem ter nada a ver com o conteúdo que foi trabalhado em sala e aula. Outro ponto, as perguntas muitas vezes demonstram duplo sentido; uma ambiguidade que vai depender de cada sujeito para fazer sua interpretação. Assim, o aluno responde de acordo com o que ele entendeu. O professor não quer nem saber, quer uma resposta que seja de acordo com o livro, manual ou coisa do tipo. Será que é culpa do aluno por ter obtido uma nota baixa? Luckesi (1995) diz que;

A avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de independência da relação professor-aluno. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado (LUCKESI, 1995 p.23).

É totalmente inaceitável a avaliação estar sendo usada de modo tão contrário as suas finalidades. Nesse caso, a culpa não é do aluno por não ter acertado uma prova, mas sim do professor, por estar elaborando a mesma de acordo com seus interesses, esquecendo o seu papel de educador. É relevante lembrar que os sistemas educacionais optam por elaboração de provas fechadas. Induzindo desse modo, os professores elaborarem seus testes apenas com questões fechadas e muitas vezes com questões absurdas e até “bobas”. Desfavorecendo nesse sentido, a expressão do conhecimento do aluno por outro meio, que talvez lhe fosse mais fácil descrever sobre o que lhe foi solicitado, como numa questão aberta, que lhe ofereceria esta oportunidade. Outro ponto que é feito de maneira errônea pelos professores mediante um resultado negativo dos alunos é tomar um erro como fonte de castigo. Na correção de uma prova ou qualquer outro tipo de trabalho, os alunos recebem suas notas baixas e não entendem às vezes o que erraram, o porquê erraram. E assim, segue adiante com seus estudos sem aprender aquilo que lhe era útil, pois não lhe foi dado um *feedback*.

Os erros da aprendizagem, que emergem a partir de um padrão de conduta cognitivo ou prático já estabelecido pela ciência ou pela tecnologia, servem positivamente de ponto de partida para o avanço, na medida em que são identificados e compreendidos, e sua compreensão é o passo fundamental para a sua superação. [...] o erro, para ser utilizado como fonte de virtude ou de crescimento, necessita de efetiva verificação, para ver se estamos diante dele ou da valorização preconceituosa de um fato; e de esforço, visando compreender o erro quanto à sua constituição (como é esse erro?) e origem (como surgiu esse erro?) (LUCKESI, 1995, p. 57).

O professor precisa transformar esse erro, em virtude. Que, aliás, segundo Luckesi (1995) não existe erro se não tiver padrão. “O que existe é insucesso como resultado da atividade” (LUCKESI, 1995, p. 55). Incentivar o aluno a procurar a resposta mais adequada para questão, este é o melhor caminho para aprendizagem. Pois não há aprendizagem melhor do que aquela que é criada, buscada pelo aluno, e mais ainda quando se torna significativa para sua vida. Ausubel (1978) considera que ocorre uma aprendizagem significativa “quando uma informação nova é adquirida mediante um esforço deliberado por parte do aprendiz em ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva” (DIÁRIO DE BORDO). Os pontos mencionados no decorrer do texto são apenas alguns dos muitos equívocos cometidos pelo professor no desenvolvimento da avaliação. Destacam-se ainda, avaliação como *recurso autoritário, contrabando e pedagogia do exame*. Todas essas limitações são estudadas por Luckesi (2011).

Os equívocos ou limitações no processo de avaliação compreende-se que a avaliação é tomada como *recurso autoritário*, conforme explica Luckesi (2011), é uma herança da pedagogia conservadora, preocupada com a reprodução e conservação da sociedade. Pois, o modelo de avaliação estava a serviço da pedagogia vigente da época. Tomada por função classificatória, a avaliação permitia e permite até hoje esse poder, de classificar os alunos contra ou a favor da democratização do ensino. Essas atitudes de exigir disciplina, impor autoritarismo, estabelecer regras e critérios para julgamento do aluno dependem muito do estado de humor do professor.

Os dados relevantes, que sustentariam a objetivação do juízo de valor, na avaliação, são substituídos pelo autoritarismo do professor e do sistema social vigente por dados que permitem o exercício do poder disciplinador. E assim, evidentemente, a avaliação é descaracterizada, mais uma vez, na sua constituição ontológica (LUCKESI, 2011, p. 85).

A prática do *contrabando* realizado em avaliação é a transformação da qualidade em quantidade (LUCKESI, 2011). Essa atitude está expressa nas médias aos quais os alunos recebem no fim de cada bimestre. Esclarecendo, um bimestre é composto pela realização de três instrumentos avaliativos que resultam em nota para ser registrada na caderneta. Às vezes um aluno na realização de uma destas notas não se sai bem, e isso indica que ele não tomou como aprendizado um conteúdo que lhe foi passado, recebendo uma nota inferior. Mas na realização de outro trabalho, obteve uma nota diga-se que em termos médio e para fechar a terceira nota se saiu em situação superior. A junção dessas notas acarretará a uma média, que foi satisfatória para passar. Mas, e o conteúdo que o aluno não dominou? Os professores

avançam em seus planos de aula, apresentando novos conteúdos, e este aluno foi aprovado no bimestre sem ter o mínimo necessário de compreensão sobre todos os assuntos que deveriam compor seu processo de aprendizagem. Fatos assim foram do conhecimento da pesquisadora em seus estágios. Os alunos passam em um bimestre se “arrastando”, até sendo merecedores de “pontinhos” de comportamento. Tudo isto é, para que o professor não tenha o trabalho de ter que resgatar o assunto, elaborar novas situações de provas para os alunos.

Essa transformação indevida de qualidade em quantidade impossibilita ao professor diagnosticar a real situação do aluno e, conseqüentemente, ao aluno de tomar consciência de sua situação em termos de aprendizagem (LUCKESI, 2011, p. 114-115).

A pedagogia do exame tem característica predominante nas séries do Ensino Médio. Segundo Luckesi (2011), os professores direcionam a realização de todas as atividades como treinamento para realização de provas para o ingresso na faculdade. Mas, não que esta limitação esteja isenta no Ensino Fundamental das séries iniciais. Os próprios alunos já têm uma atenção centrada na *promoção* de uma série para outra. Os pais ficam nestas expectativas, as escolas organizam seus planos nesta intenção. Desse modo, concebem a avaliação como recurso limitado para promoção esquecendo-se de sua função básica.

A avaliação escolar está sendo entendida pela maioria dos professores, em seu sentido mais restrito. **O de apenas quantificar um resultado final.** Esquecendo-se de todas as etapas em que o aluno percorreu para alcançar determinado aprendizado. Às vezes uma simples dúvida levantada pelo aluno, demonstra que ele está compreendendo um assunto. E isto deve ser avaliado pelo professor. A pesquisadora considera um absurdo à atribuição de notas pelo critério de presença, uma vez que, existem critérios mais relevantes pra serem considerados dignos de “notas”. Os professores preocupam-se em apenas verificar o que ficou retido de conteúdo por seu aluno no final de um bimestre. E segundo o que Luckesi (1995) afirma, a verificação se encerra no momento em que o objeto de verificação chega a ser configurado (p. 92). Não deve ser essa a finalidade da avaliação; encerrar-se após uma configuração, e sim ir além, auxiliar no crescimento do educando.

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação (LUCKESI, 1995, p. 93).

O fato dos professores reduzirem a avaliação ao resultado de uma etapa final empobrece muito todo o processo ensino-aprendizagem, já que todo desempenho realizado pelo aluno durante as aulas, parece ter sido em vão. Assim como aparenta a avaliação não está sendo trabalhada com base nos objetivos que foram determinados pelo currículo ou planejamento escolar, pois se sabe que a mesma deve ser realizada em função disso.

O fato de considerá-la reduzida a uma dimensão de procedimento terminal, dissociada da ação educativa, limita o aprofundamento necessário em relação ao significado das interferências constantes dos professores nas manifestações dos alunos (HOFFMANN, 1991, p. 34).

A avaliação escolar para que supere todos os seus problemas precisa ser antes de tudo entendida pelos professores no seu sentido amplo. Precisa ser desarticulada do conceito de medir e testar, pois estes não são sinônimos de avaliar, até se completam, mas segundo Haydt (1999):

[...] são diferentes no que se refere à amplitude de sua significação. Medir é um termo mais amplo que testar, pois os testes constituem uma das formas de medida. Enquanto isso, avaliar apresenta um conceito mais abrangente do que os outros dois, pois inclui a utilização tanto de instrumentos quantitativos como de dados qualitativos (HAYDT, 1999, p. 10).

Para Noll (*apud* HAYDT 1999, p. 11), “o importante não é o que o processo seja denominado testar, medir ou avaliar, mas sim que se determine o progresso ou o *status* do estudante com relação ao objetivo visado.” Pois estes merecem reconhecimento dos seus esforços alcançados ou em processo de busca, daquilo que lhes estão sendo apresentados, referenciado aos objetivos que foram propostos pelo planejamento escolar, uma vez que a avaliação está interligada com todos os outros elementos constituintes do processo educacional, seja a metodologia, o planejamento e a formação.

As escolas precisam adotar a avaliação como um instrumento diagnóstico, mediador, assim como precisa entendê-la como um processo contínuo subjacente a todo bom ensino e aprendizagem. Como já foi dito anteriormente, precisa ser considerado todo o desempenho do aluno, não só aquele captado por um teste, mais toda a dúvida, questões, reações feitas pelos alunos que se mostrem construtivas. “A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Portanto, ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada” (HAYDT, 1999, p. 13).

Bloom (1972) a fim de cooperar com a educação desenvolveu estudos relatando a importância da formulação de objetivos para fins avaliativos, uma vez que permitem ao professor determinar o que será avaliado em termos de comportamentos, conhecimentos, capacidades, interesses, ou até mesmo habilidades, visto que, ele trabalha com base numa estrutura trivial clássica: conhecimentos, habilidades e atitudes. Elementos fundamentais e indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. Para fomentar mais os seus estudos estabeleceu características para um bom instrumento de avaliação, que são esses: fidedignidade; nos instrumentos as perguntas precisam estar coerentes para darem margem à resposta. Validade; coincidir com o objetivo com o qual o instrumento de avaliação foi aplicado. Objetividade; apresentar-se imparcial ao avaliador e, praticidade; ter facilidade de interpretação, aplicação e correção. Executar essas características na elaboração dos instrumentos avaliativos é de extrema importância (MOREIRA, 2009).

São muitas as discussões em relação à avaliação, pois esse é um tema amplo, e mesmo no sentido que foi adotado para este estudo; avaliação da aprendizagem, sua prática em turmas de 5º ano, ainda assim, contempla muitos fatores, muitas problemáticas envolvendo todo o âmbito escolar. Não é fácil discorrer sobre esse tema, sem ter conhecimento ou levar em consideração os elementos constituintes do universo escolar, não refiro nesse caso, só sobre metodologia ou coisa do tipo, mas principalmente dos componentes mais próximos da avaliação, que são os alunos e professores. São estes os mais diretamente envolvidos; pois são quem sofrem e ameaçam com o ensino-aprendizagem. Diante disto, são os alunos e o sistema educacional que está sendo mais prejudicado, pois respectivamente, um não está aprendendo e o outro não está sendo ampliado ou qualificado. Ao ver de Luckesi (1995), a prática de avaliar na atualidade, está sendo oferecida pelas escolas de modo que não favoreça a democratização do ensino, acarretando a desistência dos alunos de sua presença na escola e não reconhecendo sua qualidade por meio as provas, apenas quantificando. “a atual prática da avaliação escolar tem estado contra a democratização do ensino, na medida em que ela não tem colaborado para a permanência do aluno na escola e sua promoção qualitativa.” Ele afirma isso porque, como muitos dos resultados de testes são negativos para os alunos, causando a repetência dos educandos, os mesmos se sentem desmotivados e preferem muitas vezes se evadirem da escola. É assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. No Art.24, inciso V: A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e

dos resultados ao longo do período sobre os e eventuais provas finais (LDB 9394/96, alínea a, p. 18).

É notável observar, que apesar de ser assegurada pela lei a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, os professores e a escola privilegiam pelo segundo aspecto em seus métodos avaliativos. Tudo é mensurado, esta concepção já é dissociada no recinto escolar, que já é até impregnada pelo aluno, só realiza uma atividade em merecimento de um “pontinho”. Cadê o desenvolvimento da personalidade crítica que a escola deveria desenvolver no aluno? Do jeito que está sendo praticada, está mais para uma estagnação, o aluno nada desenvolverá se for pensar em ser retribuído por valor.

Visto toda a contribuição e explanação dos autores sobre avaliação, a pesquisadora resgata a sua preocupação com as práticas avaliativas com os alunos de 5º ano do Ensino Fundamental. Pois, entendam o porquê da preocupação para com o tema. “Fragilizado” como se encontra o sistema de ensino; onde as ordens comandam tudo; onde os conteúdos são passados para os alunos sem a mínima relação com o seu social; onde os professores não têm reconhecimento social e muitas vezes se desestimulam de seus trabalhos; onde a finalidade de estudar se detém apenas a uma classificação para passar de ano e futuramente entrar na faculdade. Estes são apenas alguns dos muitos problemas² com os quais se depara a educação brasileira.

Os alunos que compunham o 5º ano do Ensino Fundamental pertencem a diferentes subculturas³, cada um com sua individualidade. Essas informações são fundamentais para serem atendidas no processo educacional, mas que passam despercebidas na frente dos professores. Esses alunos estão saindo de um nível de escolaridade que se tem apenas um professor para as disciplinas básicas do currículo (Português, Matemática, História Geografia e Ciências). Muitos têm o costume de caracterizar a/o professora/o como tia/o. Estão habituados a dividir o tempo da aula por dia, com apenas duas disciplinas, no máximo três ministradas pelo mesmo professor, entre outros costumes. São submetidos a teste e provas avaliativas muitas vezes para além do que o professor ensinou. São provas elaboradas sem a mínima preocupação de subsidiar a prática de ensino.

²Ver Fundação Victor Civita. **Os 10 maiores problemas da educação básica no Brasil:** e suas possíveis soluções. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala_exclusivo.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

³Pode-se dizer que a subcultura é um grupo diferenciado dentro de uma cultura. Fonte: Conceito.de. Disponível em:<<http://conceito.de/subcultura>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

Por razões como essas citadas acima, a preocupação dessa pesquisa teve como foco os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I os quais irão enfrentar a passagem para o 6º ano do Ensino Fundamental II, sem a mínima noção do que dominam de aprendizado. O 5º ano por meio de seu processo educativo e o processo avaliativo não lhes ofereceu os conhecimentos mínimos para sua desenvoltura necessária para a passagem para o 6º ano. Ao enfrentarem o 6º ano serão sujeitos pertencentes a um novo nível educacional, onde o número de professores aumentam as disciplinas por dias se diversificam com uma carga horária menor e serão submetidos a um grande número de testes e provas. Se até o 5º ano havia algum tipo de sentimento de ansiedade ou alteração de humor que causava sofrimento ao aluno, na passagem para o 6º ano essas sensações tendem proporcionalmente aumentarem. Esses problemas não decorrem porque o 6º ano necessariamente seja uma turma mais difícil, mas sim porque neste nível os alunos são desafiados a corresponderem com expectativas diferentes. Compreende-se que para atender essas exigências e necessidades que são elementos componentes do 6º ano, o aluno precisa receber o devido preparo que alicerce a sua permanência e sucesso de aprendizagem no 6º ano.

A fim de facilitar o acesso e disseminar entre os colegas professores as ideias que podem vir a ser estratégias facilitadoras na construção do alicerce para esse aluno do 5º ano, a pesquisadora apresenta em forma de quadro a síntese desses elementos a partir dos estudos de Luckesi (2011) e Hoffmann (1995).

4 UMA PROPOSTA DE MUDANÇA: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE LUCKESI E HOFFMANN

Os quadros abaixo são as sínteses dos pontos importantes acerca dos textos de Hoffmann (1995) e Luckesi (2011). O primeiro quadro é composto pelas definições norteadoras dos dois autores sobre avaliação e frases as quais complementam sua concepção de avaliação.

Quadro 1: Ideias que fortalecem a modalidade da avaliação mediadora e diagnóstica

HOFFMANN (1995)	LUCKESI (2011)
A avaliação é a reflexão transformada em ação.	Avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão.
Avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão.	O ato de avaliar tem como função investigar a qualidade do desempenho dos estudantes.
A ação avaliativa abrange a compreensão do processo de cognição.	O ato de avaliar dedica-se a desvendar impasses e buscar soluções.
Avaliação é “movimento”, é ação e reflexão.	Avaliação como ato subsidiário do processo de construção de resultados satisfatórios.
A avaliação deve significar a relação entre dois sujeitos cognoscentes que percebem o mundo através de suas próprias individualidades, portanto subjetivamente.	O ato de avaliar é um aliado de todos que desejam produzir resultados satisfatórios com sua ação.
A ação avaliativa de acompanhamento e reflexão necessita de consistência metodológica.	A avaliação atravessa o ato de planejar e executar.
A avaliação enquanto mediação.	A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão.
A avaliação importa para uma educação libertadora.	O ato de avaliar é constitutivamente amoroso.

Fonte: LUCKESI (2011) e HOFFMANN (1995).

As definições expostas pelos dois autores apresentam respostas em consonância ao processo de educação e avaliação que promovem a cidadania. É visível notar que as definições apresentam características comuns, mesmo que expressas em termos diferentes e por outro lado uma definição complementa a outra. Na essência das ideias dos autores promovem a construção da cidadania na medida em que minimizam as situações de reprovação de centenas de alunos injustamente e que não favorecem o desenvolvimento da cidadania desses alunos transformando-os em excluídos sociais.

Conforme Demant (*apud* PINSKY; PINSKY, 2003, p. 343), a cidadania é o exercício dos “direitos civis e políticos, completos e iguais, mas no sentido original e individual”. Uma avaliação realizada de acordo com as questões éticas do currículo que promova a construção do sujeito social e crítico favorece na sua construção de cidadão. O ato de avaliar deve respeitar as características individuais do aluno dentro do coletivo, por isso se faz necessário à aplicação de uma avaliação conforme os dois autores defendem: diagnóstica e mediadora. Pois, “a construção do conhecimento é de natureza única e singular, mas ocorre interativamente, e pela mediação do outro, pela socialização” (Hoffmann, 2005, p. 55). Diagnosticar essa mediação se faz necessário, pois proporcionará fazer os julgamentos sobre os dados relevantes que constituirão esse processo em função da aprendizagem, proporcionando identificar em que estágios os alunos se encontram para ajudá-los a progredir (Luckesi, 2011).

Quadro 2: Desafios que impedem um processo avaliativo abrangente que favorece o desenvolvimento do aluno.

HOFFMANN	LUCKESI
A ação de educar e a ação de avaliar acontecem momentos distintos.	Pedagogia do exame
A avaliação exerce função classificatória e burocrática.	A avaliação é confundida como verificação.
Avaliação é tomada por uma concepção reducionista de sua finalidade.	Autoritarismo
O ato de avaliar acontece por meios impressionistas e por comparação.	O erro é visto como fonte de castigo
O ato de avaliar por meio de testes fortalece a concepção de avaliação sentenciativa e classificatória.	A prática classificatória da avaliação é antidemocrática.

A avaliação é expressão no ato de medir.	Contrabando
--	-------------

Fonte: LUCKESI (2011) e HOFFMANN (1995).

As exposições feitas a partir do Quadro 2 são problemas que na visão dos autores ocorrem na prática avaliativa. Ocasionalmente o impedimento de uma avaliação de qualidade. Acarretando prejuízos aos alunos e sendo executada sem nenhum compromisso social aquém dos objetivos institucionais.

Por meio destas exposições a favor e contra a prática de uma avaliação com qualidade, será apresentado o Quadro 3 com algumas sugestões para mudança da avaliação da atualidade.

Quadro 3: As possibilidades para aplicação de uma avaliação no 5º ano

HOFFMANN	LUCKESI
Reconstrução do significado de avaliação.	Aprendizagem do mínimo necessário de conhecimentos.
A avaliação tomada como medida deve-se resguardar ao significado de um indicador de acertos e erros. Que deve ser interpretado pelo professor.	Precisamos aprender a avaliar. Aprender conceitos teóricos e traduzi-los em atos do cotidiano.
A finalidade do teste não deve ser resumida apenas aplicação, mas a utilização como fundamento para uma ação educativa.	Estabelecer um padrão mínimo de conhecimentos, habilidades e hábitos que o educando deve adquirir.
Para tomarmos a avaliação como mediadora, faz-se necessário a negação da prática atual de caráter terminal.	A avaliação deve ser entendida que são meios e não fins.
O professor deve assumir a responsabilidade de refletir sobre toda a produção de conhecimento do aluno.	A ética necessita estar presente nas condutas avaliativas.

Fonte: LUCKESI (2011) e HOFFMANN (1995).

Nos textos estudados de Luckesi (2011) e Hoffmann não foram encontrados divergências nas propostas de avaliação. Hoffmann (1995) descreve de alguns mitos que se tem na avaliação, mas apresenta muitas visões positivas de uma avaliação mediadora, a serviço da educação, da transformação, da aprendizagem do educando. Oferecendo algumas

propostas para uma mudança da prática. Luckesi (2011) ao mesmo tempo apresenta estas características, mas no texto estudado e analisado predomina por apresentar as limitações, os erros, diga-se o lado limitado da prática de avaliação. São bem detalhadas suas explicações quanto às problemáticas mencionadas. Mas, também, oferece caminhos abrangentes para subsidiar a mudança da prática de avaliação, a qual as escolas fazem uso.

Diante do apresentado, constatou-se que, mesmo diante dos problemas identificados durante as observações feitas em sala de aula ao longo do estágio do Apoio Pedagógico realizado pela pesquisadora, os desafios e os limites da avaliação foi possível fazer uma avaliação de acordo com sua finalidade constitutiva, ou seja, diagnosticar para agir. Portanto, têm-se dois grandes autores e pesquisadores do tema que podem orientar esse processo de avaliação e que precisam ser disseminados seus estudos na academia, nos grupos de estudos de professores. Pois é lá que se encontram os presentes e futuros profissionais da prática educativa que realizam as avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança da prática pedagógica exige planejamento, reflexão, ação e uma avaliação com visão crítica. Para tanto, a visão crítica é que vai operar na identificação dos problemas políticos, sociais e pedagógicos, favorecendo a identificação das alternativas de melhorias. O fator ideológico exerce grande influência nas práticas pedagógicas. Mas enquanto predominar entre os profissionais de educação os preconceitos sociais, o culto aos valores das elites de classe, favorece a perpetuação de uma sociedade classista, onde sempre deverá ter um grupo selecionado, os quais serão considerados os melhores e os outros serão sempre o resto. Com essa visão a avaliação continuará do mesmo jeito na qual se encontra, atendendo a necessidade da sociedade de competição, de classificação. Pois é isto que a ideologia prega na sociedade *vence os melhores*. Por isso a educação age com a função classificatória por meio da prática avaliativa. O ato de avaliar é amoroso (LUCKESI, 2011), se não amamos ao próximo, não somos capazes de avaliar.

Portanto, precisa-se estar atento em relação às dificuldades que estão sendo apresentadas no processo ensino-aprendizagem. Avaliar não é testar, não deveria ser tomada com um elemento que inspira medo, que está servindo mais como indicador de aprovação ou reprovação do que como subsídio do desenvolvimento da aprendizagem do educando.

Ao concluir esse trabalho cabe retomar os pontos iniciais que nortearam e formaram a espinha dorsal dessa investigação, como por exemplo, a questão norteadora e a problemática: qual a perspectiva do processo avaliativo escolar mais condizente com a realidade observada pela pesquisadora no 5º ano do Ensino Fundamental I, a partir de leituras feitas de autores como Luckesi e Hoffmann? Lembrando que essa pergunta gerou uma hipótese: é possível realizar uma avaliação dos alunos do 5º ano onde haja a predominância de um juízo diagnóstico e não punitivo.

Em função do problema dessa investigação, a pesquisadora reconheceu que se faz necessária a prática de uma avaliação mediadora e diagnóstica, capaz de oferecer mudança na atual prática de avaliar. Mediar as experiências do educando com os conhecimentos sistemáticos, oferecer resultados de como o aluno se desenvolve, isto é o básico, porém essencial para uma mudança. Diagnosticar para desvendar impasses existentes e promover soluções. Sabe-se que no percurso vivido pelo aluno na busca do conhecimento ocorrem tentativas de acertos, mas nem sempre com mérito, e que muitas vezes os profissionais de

educação não se utilizam dessa matéria prima, que são exatamente estas tentativas de acerto realizadas por cada aluno.

Do que se observou, viu-se que é isso que acontece na avaliação – são tentativas de acertos dos alunos que são frustradas e que não são trabalhadas para alcançar o êxito da aprendizagem significativa que contemple a formação de um cidadão crítico.

Mesmo que o sistema imponha o resultado avaliativo por notas, isso não reduz a prática de avaliar. Pois, sabe-se que o ato de avaliar deve caminhar junto do ato de educar. Portanto a todo o momento o professor tem de lançar seu olhar investigativo, acolhendo as necessidades dos alunos, oferecendo caminhos possíveis na busca do conhecimento.

Como se pode ver, a pesquisadora realizou o objetivo geral que foi: **analisar teoricamente os princípios que norteiam as propostas avaliativas dos autores – Luckesi e Hoffmann**. Isto foi feito demonstrando através de referencial teórico, onde foi exposto as suas concepções sobre o ato de avaliar. Em relação ao objetivo específico número 01: **mapear os principais conceitos e definições dos dois autores traçando um paralelo entre diferenças e semelhanças**. A pesquisadora cumpriu no momento que apresentou através do **quadro 01: Ideias que fortalecem a modalidade da avaliação mediadora e diagnóstica**, onde consta o conceito norteador de avaliação proposto pelos dois autores e a síntese das principais ideias sobre a prática avaliativa.

Já o objetivo específico número 02: **identificar num plano teórico quais as possibilidades apresentadas pelos autores para aplicação de uma avaliação no 5º ano que mais fortaleça o aprendizado do aluno e amplie a as suas capacidades de intervenção sociais e culturais** - foi apresentado por meio do **quadro 03: As possibilidades para aplicação de uma avaliação 5º ano**. Que consta proposta dos autores que devem ser estudadas e aplicadas pelos professores.

Apresentou-se aqui o que se estudou e ao mesmo tempo se constatou no campo empírico de forma assistemática: **que foi o uso da avaliação como instrumento de seleção e segregação**. Essa seleção tem uma finalidade que é exatamente escolher o que se conceitua como excelente. Quem conceitua é o mercado, é o poder do capital, são as camadas das elites do pensamento, as quais reafirmam os seus interesses criando instrumentos que selecionem os indivíduos na sociedade. Alguns serão pedreiros, outros varredores de rua, outros médicos, professores, profissionais liberais e outros serão pedintes, viverão na mendicância.

O que a pesquisadora pretendeu alertar nesta pesquisa, foi a necessidade da execução de uma prática avaliativa que atenda às necessidades dos alunos de 5º ano, a fim de subsidiar seu desempenho de aprendizagem, para que se sintam embasados por conhecimentos que lhes permitirão avançar socialmente e intelectualmente. Pois, uma avaliação limitada à classificação impede o crescimento do sujeito na sua construção da cidadania.

Por meio do estudo feito, pode-se confirmar que é possível que os professores realizem suas avaliações de forma diagnóstica e que não cause consequências pedagógicas, psicológicas e sociais frustrantes aos alunos, principalmente para os alunos do 5º ano, que futuramente serão sujeitos desafiados a inserir-se em um novo nível de ensino.

REFERÊNCIAS

CONCEITO. DE. **Conceito de subcultura**. Disponível em: <<http://conceito.de/subcultura>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

DEMANT, Peter. Direito para os excluídos. In: PINSKY; Jaime e PINSKY; Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DIÁRIO DE BORDO. **Sínteses de algumas abordagens da aprendizagem**: David Paul Ausubel. Disponível em: <<http://www.clubedoprofessor.com.br/diariodebordo/Textop5a.html>>. Acesso em: 30 ago. de 2013.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Os 10 maiores problemas da educação básica no Brasil: e suas possíveis soluções**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala_exclusivo.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999. Coleção: Série Educação.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

_____. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

INFOESCOLA. **Teoria de aprendizagem de Piaget**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-piaget/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Claudio. **Taxonomia de Bloom: domínios de aprendizagem**. Disponível em: <<http://claudiomoreira.wordpress.com/2009/10/08/taxonomia-de-bloom-dominios-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

OGASAWARA, J. S. V. **O conceito de aprendizagem de skinner e vygotsky: um diálogo possível**. 2009. 46p. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Jenifer-Satie-Vaz-Ogasawara.pdf>>. Acesso em: 22 de Jun. 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução de Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 de ago. de 2013.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 4° ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANT'ANNA. Ilza Martins. Por que avaliar?; como avaliar?: critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória:** desafios à teoria e à prática do currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino.** Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1974.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E MONITORIA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que ANA PAULA LOPES RODRIGUES, aluna do curso de PEDAGOGIA da Universidade Federal da Paraíba — CNPJ Nº 24.098477/0001-10, participou, de 01 de abril a 30 de dezembro de 2011, na condição de estagiária, em Escola de Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa, de segunda a sexta-feira, do Projeto de Apoio Pedagógico intitulado “APOIO PEDAGÓGICO ÀS ATIVIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA (LEITURA E ESCRITA), MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E INGLÊS DESENVOLVIDAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL”, com carga-horária semanal de 20 horas, totalizando 720 horas.

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2014


Eliane Ferraz Alves
Coordenadora





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E MONITORIA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que ANA PAULA LOPES RODRIGUES, aluna do curso de PEDAGOGIA da Universidade Federal da Paraíba — CNPJ Nº 24.098477/0001-10, participou, de 01 de abril a 30 de dezembro de 2012, na condição de estagiária, em Escola de Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa, de segunda a sexta-feira, do Projeto de Apoio Pedagógico intitulado “APOIO PEDAGÓGICO ÀS ATIVIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA (LEITURA E ESCRITA), MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E INGLÊS DESENVOLVIDAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL”, com carga-horária semanal de 20 horas, totalizando 720 horas.

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2014

Eliane Ferraz Alves
Coordenadora

